

O enigma do baixo astral econômico

JOSÉ PAULO KUPFER

O desempenho da economia em 1988 consolidou um fenômeno que há tempos vem tomando forma, mas para o qual nem todos já se deram conta. Existem dois outros Brasis nesta terra abençoada por Deus e bonita por natureza além da Belíndia com que nos habituamos a conviver. Trata-se do Brasil do setor público — federal, estadual e municipal — e o Brasil do setor privado. Enquanto o primeiro se debate com a improdutividade e a impossibilidade de cumprir sua função, o segundo, apesar de tudo, vai bem, obrigado.

Não vai perceber nada disso quem se aferrar aos indicadores divulgados no final do ano passado. Segundo eles, em meio a uma desesperadora aceleração inflacionária, com a alta dos preços batendo nas vizinhanças dos 1.000% ao ano, a economia estagnou. O PIB, de fato, evoluiu míseros 0,04% e, portanto, declamariam os analistas, que se valem de lentes de fundo de garrafa, os brasileiros ficaram ainda mais pobres. Isso tudo é verdade, mas o problema é que a vida real não se contenta com conclusões tão toscas.

Seria o caso, por exemplo, de perguntar por que esse baixo astral estatístico não se reproduziu numa queda do nível de emprego ou mesmo dos salários reais. Seria também o caso de indagar como os adoradores dos grandes indicadores macroeconômicos explicariam os bons resultados registrados nos balanços das empresas e, vamos ser honestos, o sentimento razoavelmente generalizado de que, no final das contas, 1988 não foi tão ruim assim.

Algumas evidências podem ajudar na decifração do "enigma". Uma delas é a óbvia má qualidade dos indicadores. Montados com base em pesquisas do início da década, eles já não estariam expressando, corretamente, o que se passa na economia neste final dos anos 80. Outra é a proliferação da economia invisível — que alguns preferem ver como o simples aumento da sonegação fiscal. Impossível, por definição, ser mensurada, a atividade subterrânea expandiu-se, seguramente, nas asas da elevação da carga tributária e da difusão da falta de credibilidade do governo — dois fatores clássicos e universais de estímulo da economia paralela.

A terceira evidência, de singela raiz aritmética, mata a charada. Os grandes números da economia são médias de valores agregados que, por sua vez, são médias de médias. E médias, como se sabe, são capazes de indicar que o corpo de um homem está na temperatura

normal, ainda que sua cabeça arda num alto-forno e seus pés endureçam num freezer. Um PIB igual a zero ou quase isso incorporaria tanto setores aquecidos como áreas falidas. Tudo vai depender do peso de cada um na formação do índice e o grau de elevação ou queda que exibam.

Se a agricultura não se saiu mal — as safras foram boas, os preços interno e externo idem — a indústria exportou cerca de 30% da produção, o comércio se aguentou e a área financeira não teve do que se queixar, "alguém" purou o índice de crescimento para baixo. Há sinais muito claros de que esse "alguém" foi o setor público.

Sufocada no garrote das dívidas, a inchada máquina estatal parou de funcionar e passou a atrapalhar a vida de brasileiros e brasileiras. A poupança do governo, só para dar uma idéia da calamidade, foi negativa, nos últimos dois anos. Ou seja, a arrecadação líquida não cobriu sequer os gastos de consumo da administração direta federal — e, logicamente, a capacidade de investir e empurrar a economia transformou-se em alguma coisa que "segura" o setor privado, sugando-lhe mais do que as taxas, impostos, tributos, compulsórios e toda a sorte de torniquetes fiscais que os burocratas têm aplicado na sociedade.

Querem provas? As inúmeras, longas, conturbadas e tumultuantes greves que assolaram o País no ano que passou restringiram-se ao setor público — pararam os professores da USP, os funcionários federais, os metalúrgicos da CSN, os petroleiros... Querem mais? Um dos mais longos e desgastantes cabos-de-guerra do ano envolveu exatamente governadores estaduais e governo federal numa luta pelo pagamento de dívidas de uns com os outros. Mais ainda? É só observar o estado em que se encontram as prefeituras: os novos prefeitos não têm dinheiro nem para fechar a folha de salários de janeiro. Quem, enfim, puxar um pouco pela memória ficará estarrecido.

Não seria lícito imaginar que ocorre agora o inverso do que se dizia no início dos anos 70, quando um general-presidente, depois de um passeio pelo Nordeste, concluiu que a economia ia bem e o povo ia mal. O povo certamente não vai bem e a economia sem dúvida vai mal. Mas, para que ambos — povo e economia — possam se encontrar numa zona de maior Felicidade Bruta, o setor público terá de ser radicalmente reformulado e redimensionado. Ocupe quem ocupar a sala de despachos do Palácio do Planalto em 1990.